TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL
Brasil

COP30 EM BELÉM: BILHÕES EM OBRAS, TRANSPARÊNCIA EM FALTA

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL
Brasil

NOTA TÉCNICA

COP30 EM BELÉM: BILHÕES EM OBRAS, TRANSPARÊNCIA EM FALTA

Análise revela falhas graves na divulgação de dados sobre licenças ambientais, contratos e convênios das obras para a COP30 — o maior evento climático do planeta, realizado no coração da Amazônia

Para a preparação para a COP30, a ser realizada em Belém, em novembro de 2025, o governo federal destinou recursos específicos para 23 obras, no total de R$ 2,8 bilhões repassados via o orçamento-geral da União, BNDES e Itaipu. Do total das 23 obras, 20 estão sendo ou foram executadas pelo governo do Pará e pela prefeitura de Belém, responsáveis pelos processos de licitação e contratação.

Dentre as obras custeadas com recursos federais, destacam-se, por exemplo, a construção do Parque Linear Doca (R$ 365,8 milhões) e a ampliação da Rua da Marinha (R$ 248,5 milhões). Outros destaques, via convênio do governo federal com a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), são dois contratos que incluem a montagem de estruturas temporárias para as zonas Azul e Verde da COP30 (somando R$ 250 milhões).

Esta análise sobre a transparência dada às obras para a COP do Clima revela que nem o governo federal, nem o Estado do Pará e nem o município de Belém publicam informações completas sobre as licenças ambientais emitidas para as obras públicas, o que significa que faltam informações sobre as atividades que foram licenciadas, como as medidas de mitigação e compensação dos impactos dos empreendimentos, o número, tipo, data de emissão, a validade e status das licenças emitidas.

A falta dessas informações impede o conhecimento e monitoramento dos impactos socioambientais dessas obras, implementadas para viabilizar o principal encontro internacional sobre mudanças climáticas e realizada no bioma Amazônico.

Outro achado desse estudo mostra que BNDES e Itaipu — principais financiadores de obras para a COP30, custeando 21 obras em Belém no total de R$ 2,75 bilhões — não disponibilizam a íntegra dos convênios celebrados com o governo do Pará e a prefeitura de Belém, bem como os valores efetivamente repassados a cada estágio das obras.

Isso significa que não é possível acompanhar a evolução dos gastos públicos com as obras nem mesmo acessar informações detalhadas sobre as obrigações previstas nos convênios.

A análise também identificou que nenhum dos três entes (governo federal, governo do Pará e prefeitura de Belém) divulga informações sobre audiências e consultas públicas, evidenciando os desafios para o controle e participação social no processo de planejamento e implementação de obras em um grande evento. Também não publicam bases de dados em formato aberto sobre as obras públicas que financiam e/ou executam para a realização da COP30, reduzindo a granularidade das informações disponíveis e impossibilitando a análise dos recursos investidos e do andamento das obras com o auxílio de ferramentas de automação e a ampla utilização, modificação e compartilhamento dos dados pela sociedade.

Por outro lado, foi constatado que todos os entes criaram páginas específicas de transparência sobre a COP30, o que pode ser considerada uma boa prática; e divulgam informações gerais que permitem compreender quais obras são financiadas, o valor total e a entidade pública responsável por sua execução. O governo do Pará disponibiliza a íntegra dos contratos e licitações da maior parte das obras, e a prefeitura de Belém divulga para todas, sendo o único ente avaliado a fazê-lo. O governo federal também divulga a íntegra dos convênios com a OEI, incluindo informações sobre contratos, licitações e despesas realizados pela instituição.

Em resumo, a análise revela que existem déficits de transparência sobre as obras de infraestrutura, setor historicamente marcado por escândalos de corrupção dado o alto valor e a natureza desse tipo de investimento. É particularmente preocupante a falta de transparência em relação a processos de licenciamento ambiental, sobretudo em se tratando da preparação para a maior negociação climática do planeta.

Em relação aos resultados para cada ente federativo, a análise mostrou um desempenho melhor da prefeitura de Belém em termos de disponibilização de informações e documentos integrais relativos aos contratos e licitações das obras para a COP30.O pior desempenho nesse campo foi do governo federal, já que há poucos dados e nenhum documento disponível para as obras financiadas pelo BNDES e por Itaipu.

Em agosto de 2025, investigação da Procuradoria-Geral da República (PGR) apontou indícios de corrupção em contrato de R$ 142 milhões entre o governo do Pará e um consórcio de empresas para a execução de obra da Perna Norte da rua da Marinha até o Canal do Benguí, em Belém, no âmbito da COP30.[1] Após denúncias, a licitação foi suspensa,[2] porém, uma das empreiteiras investigadas mantém dois contratos de obras para o evento com o Estado,[3] que somam mais de R$ 354,4 milhões,[4] o que reforça a urgência de garantir que haja devido controle e fiscalização dos gastos e investimentos para a realização do evento.

1 Disponível em <https://www.metropoles.com/colunas/fabio-serapiao/exclusivo-investigacao-da-pgr-aponta-corrupcao-em-licitacao-milionaria-da-cop30>. Acesso em 15 ago 2025.

2 Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/08/07/dino-abre-inquerito-para-investigar-grupo-suspeito-de-fraude-em-licitacao-da-cop-30.ghtml>. Acesso em 23 out 2025.

3 Disponível em <https://www.metropoles.com/colunas/fabio-serapiao/empresa-sob-suspeita-de-corrupcao-tem-contrato-de-r-123-mi-da-cop30>. Acesso em 23 out 2025.

4 Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2025/08/obra-de-r-231-mi-do-governo-do-para-para-cop30-une-investigadas-por-corrupcao-e-superfaturamento.shtml>. Acesso em 23 out 2025.

COMO FOI FEITO O LEVANTAMENTO

A análise consistiu na verificação da disponibilização de informações e documentos relativos a obras públicas contratadas para a realização da COP30 no Brasil nas páginas específicas sobre o evento, nos portais da transparência do governo federal, do BNDES, de Itaipu, do governo do Estado do Pará e da prefeitura de Belém, além dos portais de órgãos ambientais federais, do Estado do Pará e da Prefeitura de Belém.

Ente avaliado	Página específica sobre a COP 30	Portal da Transparência	Portais de licenciamento ambiental
Governo federal	https://portaldatransparencia.gov.br/cop30	https://portaldatransparencia.gov.br/ https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia https://www.itaipu.gov.br/institucional/transparencia	https://servicos.ibama.gov.br/licenciamento/consulta_rel_licencia_por_ano.php https://dadosabertos.ibama.gov.br/dataset/licencas-ambientais-de-atividades-e-empreendimentos-licenciados-pelo-ibama/resource/9e4873d3-10d8-464f-a883-88be3b3abf06
Governo do Pará	https://www.seop.pa.gov.br/transparencia-seop-cop30	http://transparencia.pa.gov.br/	http://portaldatransparencia.semas.pa.gov.br/#/visao-publica
Prefeitura de Belém	https://cop30.belem.pa.gov.br/	http://portaltransparencia.belem.pa.gov.br/	https://meioambiente.belem.pa.gov.br/licencas/licencas-emitidas/

Foram avaliadas a estrutura das páginas sobre a COP30, a partir de critérios de usabilidade e da centralização das informações, bem como a disponibilização de dados e documentos sobre contratos, convênios, processos licitatórios, execução física e orçamentária, licenças ambientais emitidas e divulgação de relatórios de audiências e consultas públicas relacionados à execução de obras em preparação para a conferência.

RESULTADOS

1.Páginas de transparência sobre a COP30

O ponto inicial deste estudo é a existência de páginas e portais específicos dos entes avaliados para a publicação de informações sobre os investimentos em obras públicas para a COP30.Além disso, foram analisados, nessas plataformas, dados divulgados em transparência ativa sobre os investimentos públicos para a realização da conferência, incluindo custos e andamento de obras públicas.

Diante da grandeza e da complexidade dos investimentos feitos para a realização da COP30, os dados devem estar disponíveis de forma acessível, centralizada e detalhada, permitindo o controle social e institucional desses gastos.

A seguir, avalia-se a presença de três importantes características para o acesso a informações públicas nas páginas sobre a COP30 dos três entes considerados: centralização, usabilidade e dados abertos.

1.1 Centralização

A partir da página sobre a COP30 no Portal da Transparência do governo federal, da página de transparência da COP30 da SEOP/PA e do site da COP30 da prefeitura de Belém, buscou-se entender se as informações sobre os investimentos em obras públicas para a conferência são publicadas de forma centralizada em um único portal.

Observou-se que, na página do governo federal, há divulgação de informações sobre os contratos de obras financiadas pelo orçamento-geral da União, pelo BNDES e por Itaipu, bem como dos contratos e convênios firmados pela OEI e respectivas subcontratadas para a realização de obras.

No caso do Pará, a página específica da Secretaria Estadual de Obras Públicas (SEOP/PA) disponibiliza uma tabela com a lista das obras contratadas pelo Estado para a COP30, bem como links para contratos e processos licitatórios.

A prefeitura de Belém possui um site dedicado ao evento, com seção destinada à transparência, em que divulga informações gerais sobre as obras públicas contratadas pelo município. Para acessar os contratos e documentos dos processos licitatórios, é necessário acessar o Portal de Transparência do município.

1.2 Usabilidade

Quanto à usabilidade, avaliou-se a existência de mecanismos que tornam a experiência do usuário nesses portais mais eficiente. Considerou-se a disponibilização de:

- Mecanismo de busca e filtragem de dados;
- Recursos gráficos, mapas, e/ou visualizações dos dados;
- Link para acessar o sistema de solicitações de informações;
- Link para acessar o canal de denúncia ou ouvidoria;
- Data de última atualização das informações disponíveis;
- Seção de perguntas/dúvidas frequentes.

O governo federal foi o único a atender plenamente aos critérios de usabilidade, oferecendo todos esses mecanismos em sua página de transparência sobre a COP30.

A página da SEOP/PA que disponibiliza os dados sobre os contratos de obras para a COP30 possui a maior parte dos itens listados, porém não permite a busca/filtragem dos dados sobre as obras para o evento e não apresenta seção de perguntas frequentes.

Já o site da prefeitura de Belém para a COP30 possui seção de perguntas frequentes, mas não permite a filtragem dos dados das obras em execução para a conferência nem utiliza recursos gráficos que facilitem a compreensão dos dados.

1.3 Dados abertos

Avaliou-se também a existência de base de dados abertos com as informações sobre as obras relativas à COP30.Para isso, tomou-se como referência duas práticas: a publicação dos dados organizados numa base de dados e em formato legível por máquina (.csv, .json, .xml entre outros) e a possibilidade de download dos dados.

Nenhum dos três entes avaliados divulga base de dados em formato aberto das obras públicas que financiam e/ou executam em preparação para o evento. O único a divulgar uma lista com informações agregadas sobre as obras é o governo do Pará e, apesar de disponível para download, o documento está no formato .pdf -- não legível por máquina.

O governo federal divulga as obras que financia, além das obras contratadas pela OEI, mas o acesso é feito a partir de seções diferentes dentro da página sobre a COP30, de acordo com a entidade: OEI, orçamento-geral da União, BNDES e Itaipu, impossibilitando o download da lista completa organizada em uma base de dados.

A prefeitura de Belém também publica informações sobre obras para a conferência em seu site, mas não é possível fazer

download da lista organizada em uma base de dados única e em formato aberto.

A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), no art.8, § 3, inciso II, indica que os órgãos e entidades públicas devem disponibilizar, em seus sites, relatórios em formatos eletrônicos variados, inclusive abertos e não proprietários, a fim de facilitar a análise das informações pelos cidadãos. A publicação de bases de dados abertos permite o uso, por toda a sociedade, de conjuntos massivos de dados públicos que podem ser analisados com o auxílio de ferramentas como editores de planilhas e linguagens de programação para gerar, então, novas informações, pesquisas e descobertas sobre a administração pública. Sendo assim, a ausência de dados abertos sobre as obras da COP30 constitui uma lacuna relevante na divulgação de informações sobre o evento e alerta para a necessidade de adequação às diretrizes e boas práticas em transparência pública por parte dos governos envolvidos. Sem dados abertos, impõe-se mais um obstáculo na apropriação das informações por gestores, pesquisadores, jornalistas e sociedade civil de modo geral, dificultando a produção de análises sobre o material e o monitoramento dos gastos públicos.

2.Publicidade das informações das obras para a COP30

O setor de infraestrutura caracteriza-se por contratos complexos, realização de projetos em múltiplas etapas e participação de atores diversos, além do alto volume de recursos envolvidos, o que torna o controle de gastos desafiador. Para reduzir os riscos de corrupção e permitir o controle social do setor, é fundamental que os órgãos públicos promovam a transparência desses investimentos: da publicação do edital de uma licitação até a entrega da obra.

Diante dessa necessidade, avaliou-se quais dados, informações e documentos são disponibilizados em transparência ativa pela União (governo federal, BNDES e Itaipu), o governo do Pará e a prefeitura de Belém sobre a realização de obras públicas para a COP30.

2.1 Contratos e convênios

Em relação aos contratos e convênios firmados para a execução de obras e serviços de arquitetura e engenharia relativos à COP30, avaliou-se a divulgação: (i) de informações gerais, incluindo o nome do órgão público responsável pelo contrato ou convênio, da fonte ou origem do recurso, do objeto da contratação, do número do processo licitatório, do contrato ou convênio e dos eventuais aditivos, do nome e CNPJ da empresa contratada e a vigência do contrato firmado;(ii) da íntegra dos contratos ou convênios e dos documentos do processo licitatório.

No nível federal, a transparência das informações avaliadas no item (i) varia de

acordo com a entidade relacionada. O governo federal financia duas obras via orçamento-geral: a primeira, o Esgotamento Sanitário - Mercado Ver-o-Peso, em que firmou convênio com o governo do Pará; e a segunda, a Reforma da Base Aérea de Belém, que inclui cinco contratos e é executada pela Aeronáutica. Para a obra em convênio com o governo do Pará, todos os itens listados são divulgados no Portal de Transparência federal e no Portal Transferegov.br. Quanto à obra executada pela Aeronáutica, quase todos os critérios são atendidos, porém, no caso de três contratos não é informada a fonte/origem dos recursos. Além disso, existem dois contratos firmados pela OEI que incluem implementação de infraestrutura para o evento, sendo que a maior parte dos itens, com exceção do número dos contratos, está disponível publicamente.

Já BNDES e Itaipu, responsáveis por financiar a maior parte das obras, divulgam apenas o objeto do financiamento e a entidade pública responsável por sua execução, faltando informações sobre a fonte do recurso, o número dos processos licitatórios, contratos e convênios, nome e a vigência do contrato firmado. Trata-se de itens importantes para a verificação de eventuais irregularidades na contratação e para o monitoramento da execução orçamentária das obras públicas.

Observa-se que o governo federal publica a íntegra dos contratos, convênios e documentos do processo licitatório para apenas uma das duas obras que financia, sendo a de esgotamento do Mercado Ver-o-Peso. Para a reforma da Base Aérea de Belém, há informações sobre os contratos, porém os documentos não são disponibilizados. Sobre as ações de infraestrutura executadas pela OEI, são divulgados apenas os documentos de licitação para os dois contratos firmados pela organização, já que ambos partiram da mesma licitação.

Já BNDES e Itaipu não publicam os convênios relacionados às 21 obras públicas que financiam para a realização da COP30, o que significa a impossibilidade do monitoramento dos termos dos repasses de recursos para o governo do Pará e a prefeitura de Belém.

A partir da lista publicada pela SEOP/PA, o governo do Pará disponibiliza todas as informações listadas no item (i) a respeito dos contratos de obras públicas da COP30.Em relação à disponibilização da íntegra de documentos (item ii), o governo publica 19 dos 22 contratos e documentos de 15 processos licitatórios.

A prefeitura de Belém também divulga todas as informações analisadas no item (i) no site sobre a COP30 e em seu portal da transparência. O município disponibiliza a íntegra dos contratos e das licitações (item ii), sendo o único ente a fazê-lo para a totalidade dos contratos firmados.

2.2 Execução física e financeira

Para avaliar a transparência da execução física e financeira dos contratos e convênios relacionados às obras do COP30, buscou-se nas páginas específicas sobre a COP30 e nos portais da transparência dos entes avaliados a disponibilização dos valores totais previstos, empenhados, liquidados e pagos, porcentagem de execução física e imagens do andamento da obra.

No nível federal, a transparência das informações varia de acordo com a entidade financiadora. Os valores totais previstos são divulgados para as obras vinculadas a OEI, orçamento-geral da União, BNDES e Itaipu. Porém, os valores totais pagos estão disponíveis somente nos casos da OEI e do orçamento-geral da União, e o valores empenhados e liquidados somente nos casos do orçamento-geral da União. Nenhuma das entidades federais divulga as percentagens de execução física ou imagens de andamento das obras.

No Pará, a partir da lista divulgada pela SEOP/PA e do portal da transparência do Estado, foi possível identificar apenas os valores totais previstos e a porcentagem de execução física das obras relacionadas à COP30.Não foram encontrados os valores totais pagos, empenhados ou liquidados, nem as imagens de andamento das obras.

Analisando-se o site da COP30 e o portal da transparência da prefeitura de Belém, foram identificados os valores totais previstos e empenhados e a porcentagem de execução física das obras em execução pela prefeitura. Porém, não foram localizados os valores totais pagos e liquidados e as imagens de andamento das obras.

2.3 Licenças ambientais

Nas páginas específicas sobre a COP30, nos portais da transparência e nos sites dos órgãos licenciadores de cada ente avaliado, pesquisou-se informações sobre as licenças ambientais emitidas para a execução das obras relacionadas à conferência.

Não foram encontrados documentos sobre o licenciamento ambiental nas páginas dos entes federais e da prefeitura de Belém. No caso do Pará, somente quatro dos 22 contratos possuem licenças ambientais em seus anexos na lista divulgada pela SEOP/PA. Desses, três apresentam a mesma licença, vencida em 2022, e, apenas um possui licença vigente, com validade até 2027.

Além de desrespeitar a obrigatoriedade de divulgação de informações sobre licenças ambientais emitidas, conforme a Lei Federal nº 6.938/1981, a ausência de informações sobre eventuais licenças e estudos ambientais relativos às obras de realização do evento impede o devido conhecimento dos impactos socioambientais dessas obras, bem como o monitoramento das medidas de mitigação e compensação de

tais impactos a serem cumpridas pelos órgãos executores dos empreendimentos. Se isso já seria grave em qualquer contexto, é ainda mais considerando que tais obras são voltadas à realização maior evento de negociação climática do mundo que ocorre no bioma Amazônico.

2.4 Consultas e audiências públicas

Buscou-se, nas páginas específicas sobre a COP30 e nos portais da transparência dos entes avaliados, relatórios de audiências e consultas públicas e outras formas de consulta à população sobre as obras para a realização do evento. No entanto, não foi encontrado qualquer informação sobre processos de participação social nas plataformas do governo federal, do governo do Pará ou da prefeitura de Belém.

A falta do detalhamento sobre a participação social nas obras em Belém não permite saber se a população, em especial aquela beneficiária ou impactada pelos empreendimentos, foi adequadamente incluída nos debates e se suas sugestões foram consideradas na decisão final.

RECOMENDAÇÕES

Apesar do governo federal, do governo do Pará e da prefeitura de Belém disponibilizarem um conjunto importante de informações, diversos dados e documentos relevantes para a prevenção à corrupção e a garantia do controle social de obras de infraestrutura da COP30 ainda não estão disponíveis publicamente e no formato adequado.

Diante desse cenário e contribuindo para que o aprimoramento da transparência dos investimentos em obras para a COP30 e para outros grandes eventos realizados pelo país no futuro, apresentamos as seguintes recomendações:

- Disponibilização, em formato aberto, de informações e documentos que caracterizem todos os contratos de obras, incluindo a fonte dos recursos, números dos processos licitatórios, convênios, contratos e eventuais aditivos, nome e CNPJ da empresa executora e objeto do contrato;
- Disponibilização da íntegra de todos os convênios celebrados entre BNDES e Itaipu e governos do Pará e a prefeitura de Belém;
- Disponibilização de informações sobre o licenciamento ambiental e estudos ambientais de todas as obras para a realização da COP30, incluindo a íntegra da licença ambiental e respectivos estudos que a embasaram, o número da licença, o nome do órgão licenciador, a atividade licenciada, o tipo da licença, a data de emissão, a validade e seus status (vigente, renovada, encerrada);
- Divulgação de eventuais relatórios de audiência e/ou consulta pública e outras formas de consulta à população referente às obras e serviços de arquitetura e engenharia relativos à realização da COP30.
- Para grandes eventos futuros, disponibilização de todas as informações sobre as obras públicas em um único portal institucional, integrando todos os dados e documentos produzidos pelos diferentes entes federativos;
- Para grandes eventos futuros, disponibilização de informações que permitam o acompanhamento, em tempo real, da execução física e orçamentária de todas as obras, incluindo as datas previstas de início e conclusão, a execução orçamentária (valores pagos, empenhados e liquidados), o percentual de execução física, imagens sobre o progresso dos empreendimentos e execução de condicionantes do licenciamento ambiental.

Exceto quando indicado o contrário, este trabalho é distribuído sob uma licença de uso livre. Você pode copiar, adaptar e redistribuir o conteúdo apresentado a seguir, desde que dê o devido crédito a seus autores.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL - BRASIL

COP30 em Belém: Bilhões em Obras, Transparência em Falta

Novembro/2025

Autoria: Amanda Faria Lima, Manuella Caputo, Renato Morgado

Imagem de capa: visita às obras do Parque da Cidade, espaço que sediará a programação da COP30.Foto: Ricardo Stuckert/PR